

## **HISTÓRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM CAMINHO COMPARTILHADO**

GERSON LUIZ BUCZENKO<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

No período paleolítico, temos o homem de Neandertal e o Cro-Magnon, vivendo a aventura da caça para a sobrevivência da espécie, que resulta no aprendizado constante ao observar a natureza, os animais, o terreno e a escolha do momento propício para praticar a caça, mesmo com o risco de ser alvo de predadores da natureza. No mesmo momento em que havia o homem de Neandertal, surgiu outra espécie de homínido, o homo sapiens, que da África se espalhou para o mundo, conforme apontam as pesquisas mais recentes. O homem de Neandertal deixou de existir de forma ainda duvidosa, mas a relação do homo sapiens com a natureza passou a ser a mesma, ou seja, de sobrevivência e de total dependência. A seguir temos o chamado período mesolítico e o fim da era glacial momento em que surgem as florestas em regiões temperadas da Europa e no norte da África, os grandes vales que permitiram a sedentarização, ou seja, o caminho para o fim do nomadismo e a fixação do homem em territórios, momento em que o ser humano parte para a prática da agricultura, após observar e apreender o ritmo das cheias dos grandes rios como, por exemplo, o rio Nilo.

Com a chamada revolução agrícola, ou período Neolítico, o homem dá passos largos ao progresso, abandonando aos poucos o nomadismo, fixando-se a terra, domesticando animais, praticando a agricultura em convívio harmonioso com a natureza. Assim, temos em seguida a invenção da cerâmica, que possibilita o armazenamento de alimentos, os primeiros rudimentos da religiosidade aliada à fertilidade da terra, a ampliação das comunidades, em clãs, e ainda a invenção da roda, que vai revolucionar o transporte. No final desse período registra-se o surgimento de instrumentos de defesa e de trabalho, feitos de pedra, ossos e madeira, que serão aos poucos substituídos pelos metais.

Iniciando-se em 3300 a.C., temos a chamada Idade dos Metais, onde então o ser humano passa a moldar o cobre, estanho e o bronze às suas necessidades diárias. Com o aumento populacional, surgem as disputas por fontes de água, terras férteis, locais estratégicos entre outros critérios que passam a diferenciar os grupos humanos. O ser humano então passa

---

<sup>1</sup> Licenciatura em História; Pós-Graduação em História Cultural; Mestre em educação e Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Docente da Educação Básica e do Ensino Superior no Colégio e Faculdade CNEC de Campo Largo/PR. Email: buczenko@uol.com.br.

a não ter mais limites, buscando na natureza, tudo o que necessita para a sua sobrevivência e agora, transformando a matéria-prima encontrada e moldando-a para atender novas necessidades. Cidades vão surgir, e a inventividade humana tratará de ajustar com obras, como os aquedutos, por exemplo, a necessidade de água, como ocorreu em Roma, Constantinopla e em Tenochtitlán, com o Império Asteca.

Diante dessa realidade ora relatada, e do avanço exponencial das novas tecnologias, que se modificam tão rapidamente, que se torna difícil o acompanhamento em nosso dia a dia, percebemos que a formação de novas gerações por meio da escola é de vital importância, não só para entender todo esse processo de progresso da humanidade, mas fundamentalmente, para não perder a real importância da natureza em nossas vidas. Gerações que chegam à escola, principalmente em grandes centros, não tem mais a referência da origem de produtos vitais para o consumo humano. Para muitas crianças, nos dias de hoje, a origem de tudo que necessitamos para nosso consumo diário é o supermercado, ou em alguns casos, a feira. Assim, por meio do ensino da História podemos perfeitamente cumprir as demandas de uma legislação que impõe, atualmente, a abordagem da Educação Ambiental de forma integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas.

Dessa forma, traçamos como objetivo geral para o presente trabalho conhecer a História da Educação Ambiental, seus principais fundamentos e legislação. Como objetivos específicos estabeleceram-se: pesquisar a História da Educação Ambiental no âmbito internacional e no Brasil; buscar uma aproximação da legislação de Educação Ambiental nacional; conhecer os fundamentos da Educação Ambiental crítica e emancipadora direcionando o olhar para a escola, em sua práxis diária e capacidade orientar e formar novas gerações. Nossa indagação de pesquisa foi definida da seguinte forma: no ensino de História podemos abordar a Educação Ambiental em sua perspectiva crítica e emancipadora?

A seguir passamos para um breve histórico da Educação Ambiental, abordando também, a legislação da Educação Ambiental em nosso país. Apresentamos ainda, de forma breve, a Educação Ambiental em sua perspectiva crítica e emancipadora, para ao final apresentarmos alguns exemplos de conexões possíveis e necessárias entre a História e a Educação Ambiental, buscando o despertar para uma nova concepção de mundo.

## 1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo o Ministério do Meio Ambiente brasileiro (BRASIL, 2014), podemos relatar vários fatos marcantes que colaboram para a História da Educação Ambiental: em 1869, em vigor a 2ª Revolução Industrial, Ernst Haeckel, propõe o vocábulo ecologia para os estudos das relações entre as espécies e seu meio ambiente; em 1º de março 1872 é criado o primeiro parque nacional do mundo, “Yellowstone”, que foi designado como reserva da biosfera em 1976, e em 1978 foi designado como patrimônio mundial pela UNESCO; em 1947, após o término da 2ª Guerra Mundial, é fundada na Suíça a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN); em 1962, Rachel Carlson publica nos Estados Unidos, a obra *Silent spring*, no Brasil, Primavera Silenciosa, livro que é considerado a base do movimento ambientalista, obra em que a autora passa a revelar a preocupação com os pesticidas e a poluição do ambiente natural nos Estados Unidos e que acaba por ecoar no mundo todo.

Outro fato importante ocorreu em 1965, quando surgiu o uso da expressão ‘*enviromental educacion*’, Educação Ambiental, na Conferência de Educação Ambiental da Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, embora segundo Botelho (1998) já existia a expressão ‘estudos ambientais’ no vocabulário dos professores daquele país. Podemos destacar também o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos, aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em 1966, e em 1968, ocorre a Fundação do Clube de Roma, que entre outros assuntos, se propõe a debater o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, porém, o mundo vivia também os temores da Guerra Fria e o conflito do Vietnã, entre outros eventos marcantes dessa década como a perseguição e morte de Ernesto Guevara de La Serna na Bolívia em 1968 (BRASIL, 2014).

Na década de 1970, podemos destacar a publicação resultante dos debates do Clube de Roma, intitulada *Os limites do crescimento*, em 1972, e neste mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, que apresenta dois marcos importantes para o desenvolvimento de uma política de desenvolvimento ambiental, a criação do Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, Quênia e ainda, a recomendação para a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), conhecido como “Recomendação 96”. No ano de 1973, surge nos Estados Unidos da América o Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental e em 1974, no Seminário de Educação Ambiental realizado em Jammi, Finlândia, foram fixados os

Princípios de Educação Ambiental, considerando que a educação ambiental não deve ser encarada com um ramo científico ou uma disciplina de estudos em separado, e sim como educação integral e permanente (BRASIL, 2014).

Em 1975, temos o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado, capital da Sérvia, promovido pela UNESCO, que ao final estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental, com a “Carta de Belgrado”. E destacamos ainda a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pelo UNESCO e PNUMA, na cidade de Tbilisi, capital da Geórgia, que inspirada pela Carta de Belgrado, elabora e divulga objetivos, definições, princípios, estratégias e ações orientadoras da Educação Ambiental que são adotados em todo o mundo até os dias de hoje (BRASIL, 2014).

Segundo ainda o Ministério do Meio Ambiente brasileiro (BRASIL, 2014), na década de 1980, entre outros eventos importantes que marcam a História da educação ambiental podemos destacar o Congresso Internacional da UNESCO-PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental, realizado em Moscou em 1987, momento em que se realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirmam-se os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa e da formação em Educação Ambiental. Já na década de 1990, destacamos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, na qual foi produzido o documento internacional intitulado *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*, expressando o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendida como instrumento de transformação social e política, comprometida com a mudança social, rompendo-se o modelo desenvolvimentista e inaugurando-se o paradigma de sociedades sustentáveis.

Iniciando o novo século, podemos destacar que em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas, durante sua 57ª sessão estabeleceu a Resolução nº 254, declarando o ano de 2005 como o início da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, depositando na UNESCO a responsabilidade pela implementação da iniciativa. Em 2003, é criada em Portugal, durante as XII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da ASPEA, Associação Portuguesa de Educação Ambiental, a Rede Lusófona de Educação Ambiental, que passou a reunir educadores ambientais brasileiros, portugueses e outras nacionalidades de língua portuguesa (BRASIL, 2014).

Mais recentemente, acompanhamos em 2012, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, com a renovação do compromisso político para um desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de novos temas emergentes para o meio ambiente (PARANÁ, 2013).

## **2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**

No contexto nacional, segundo Oliveira (2008), desde o final do século XIX, a defesa de ambientes naturais passou a ser objeto de ações governamentais e de associações ambientalistas, como é o caso de formulações voltadas para a constituição de reservas florestais no início do século XX, elaboração do Código de Águas e Minas e do primeiro código Florestal Federal Brasileiro, quando da implementação da Constituição de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas e ainda, a criação da Sociedade Amigos das Árvores em 1931 e da Sociedade Amigos de Alberto Torres em 1934. Ainda, segundo Oliveira (2008), estas ações estão devidamente alinhadas às influências de conferências e diretrizes internacionais, relacionadas à proteção ambiental.

Já em meados do século XX, temos a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBNC), em 1958, no Rio de Janeiro, inspirada em associações de ativistas londrinos, formada por cientistas naturais que desenvolviam estudos sobre espécies ameaçadas e também por jornalistas e políticos da época, uma entidade de atuação tanto no âmbito nacional, quanto no internacional. A partir da década de 70, com o país vivenciado o período ditatorial, que teve seu início em 1º de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985, temos a preocupação ambiental emergindo como uma questão política, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na agenda dos problemas nacionais, e os problemas ambientais começam a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país, segundo Loureiro e Pacheco (1995).

Segundo Oliveira (2008) um exemplo dessa forma de atuação foi a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) em 1971, em Porto Alegre, constituindo o principal marco desse novo pensar do movimento ambientalista brasileiro, essa

Associação foi fundada por um grupo de profissionais liberais, como médicos, arquitetos, advogados, agrônomos, entre outros. Diferenciando-se do pensamento conservacionista existente até então, a entidade criticava as características assumidas pela civilização urbano-industrial e tinha entre suas principais reivindicações o combate à poluição do ar e da água e ao uso indiscriminado de agrotóxicos, visando à difusão de uma nova moral ecológica. Esse movimento tinha uma forma de atuar inspirada nos movimentos ambientalistas que se originaram nos Estados Unidos e na Europa na década de 60.

No contexto nacional podemos destacar ainda a Lei Federal nº 6.938/1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNEA), formalizando a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade no sentido de prepará-la para uma participação mais efetiva em defesa do meio ambiente. Em 1988, na nova Carta Constitucional brasileira, temos o surgimento pela primeira vez do termo “Educação Ambiental”, e o propósito firmado no Art. 225, §1º, inciso VI, no sentido de determinar que a Educação Ambiental, somada à promoção da conscientização social para a defesa do meio ambiente é dever do poder público.

Em 1989, temos a Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e em 1991, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Portaria nº 678/1991, estabelece que a Educação Ambiental deve estar contemplada no currículo escolar em todos os níveis e modalidades de ensino. Merece destaque também a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em 1994, marcando um sensível avanço para a Educação Ambiental no Brasil. Em 1996, temos em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, que também valoriza a abordagem da educação ambiental seja na educação básica, seja no ensino superior. Em 1999, temos também a Lei Federal nº 9.795/1999 e o Decreto Federal de nº 428, que a regulamenta, respectivamente, o Plano Nacional de Educação Ambiental que estabelece a política nacional de Educação Ambiental, e a criação por meio do decreto federal do órgão Gestor responsável pela política Nacional de Educação Ambiental, que terá a direção dos Ministérios da Educação e Cultura e do Meio Ambiente. E ainda, a Resolução CNE/CP nº 02/2012, que acaba por regular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de educação básica e de ensino superior, da qual destacamos:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012).

### **3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPADORA**

A Educação Ambiental, debate recente em nossa história, deve estar presente na educação de uma forma ampla tanto no ensino formal, quanto no informal, e em todas as etapas e modalidades de nossa educação. Mas de que forma então a Educação Ambiental deve ser abordada? Para responder esta indagação aportamos inicialmente nas macro-tendências da Educação Ambiental que, segundo Layrargues (2012), ao debater o cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política, crítica e contra-hegemônica, são três: conservacionista; pragmática; e, crítica.

Abordamos apenas a macro-tendência crítica, foco de nosso trabalho, a qual abrange as correntes da Educação Ambiental popular, emancipatória, transformadora, e no processo de gestão ambiental, praticamente variações do mesmo tema, segundo Loureiro (2012a). Para Layrargues (2012), é a única das três macro-tendências que declara de forma explícita o pertencimento a uma filiação política-pedagógica, um aspecto que salienta a condição de contra-hegemonia, pois foi construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos de 1990, resultado também da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas que investem apenas em crianças nas escolas, nas ações comportamentais e individuais, principalmente no âmbito doméstico e privado.

A macro-tendência crítica se nutre

do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros. Tem na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais a sua identidade exclusiva em relação às macro-tendências anteriores: é esse o 'tema-gerador' por definição da Educação Ambiental Crítica, aquele que lhe é específico por natureza, pois lhe permite expressar sua lógica em total plenitude (LAYRARGUES, 2012, p. 404).

A Educação Ambiental crítica, segundo Loureiro (2012b), está ligada diretamente ao plano da existência humana, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação do conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter o compromisso com o outro e com a vida. A Educação Ambiental transformadora

é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais (LOUREIRO, 2012b, p. 99).

Concordamos com Loureiro (2002), que falar de Educação Ambiental transformadora é afirmar a educação enquanto práxis social, que contribui no processo de construção de uma nova sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários diferentes dos atuais, em que a sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam seu cerne.

Assim, creditamos a macrotendência crítica um papel fundamental no desvelar de uma realidade que necessita de uma abordagem crítica, em face da urgência da questão ambiental em nossa sociedade, onde repensar a relação do ser humano com a natureza é vital, principalmente, no ambiente educacional em razão do caráter formativo de novas gerações. Assim, defendemos que a História e seu ensino têm um papel fundamental neste processo, em que se busca repensar de forma crítica a relação do homem com a natureza, de forma privilegiada em razão da própria amplitude que a História possui ao olhar para o caminho histórico percorrido pela humanidade.

#### **4 HISTÓRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A conexão entre História e Educação Ambiental a nosso ver é direta, uma vez que o ser humano, desde o seu surgimento em nosso planeta está diretamente relacionado com o meio que o cerca. Aprendeu a sobreviver, a entender a natureza, a viver em comunidade e ainda, vemos que diversos povos da antiguidade passaram a divinizar a natureza, considerando suas manifestações como que de ordem divina, como por exemplo: o trovão, a seca, invernos rigorosos, ou os rios por exemplo.

Em textos da antiguidade também são frequentes a preocupação no convívio harmonioso com o meio, uma vez que a sobrevivência do ser humano era e ainda é, embora

tenhamos deixado de perceber esta realidade, diretamente relacionada com a natureza que nos cerca, que está presente no ar que respiramos ou na água que ingerimos para a nossa sobrevivência.

No texto a cidade ideal, Aristóteles (apud PINSKI, 1983, p. 119), narra sua preocupação com a questão da água:

[...] antes de tudo, ela deve ter águas e fontes naturais em abundância (porém, se tal não acontece já se encontrou o meio de obtê-las, pela construção de cisternas vastas e profundas que recolhem a água da chuva, de modo que, em tempo de guerra, a água nunca falta aos cidadãos isolados do resto do país). Uma vez resolvidos os problemas da saúde dos habitantes – que depende principalmente de uma localização judiciosamente escolhida, num terreno sadio e bem exposto –, e em segundo lugar da utilização das águas salubres, o ponto seguinte merece igualmente nossa atenção: as coisas de maior e mais frequente consumo são também as que mais contribuem para a nossa saúde e a influência das águas e do ar possui esta propriedade que falamos.

Em outro texto, vemos a precisão da civilização Inca no trato da agricultura e utilização da água, reconhecida pelos conquistadores espanhóis ao avistarem pela primeira vez a região, antes de subjugar-los pela cobiça dos metais:

[...] no Peru, os agricultores utilizavam os rios dos vales montanhosos e os cursos de água que percorrem os vales ao longo da árida costa do pacífico. Empregou-se a água para fins agrícolas por meio de canais de irrigação que, em turnos, demandavam elevados insumos de mão de obra na construção de eirados, frequentemente em vales de declives fortemente marcados, e na construção e manutenção de canais. Observadores espanhóis do século XVI ficaram profundamente impressionados pela habilidade em engenharia demonstrada pelos povos dos Andes centrais, da mesma forma que agrônomos do século XX impressionaram-se com a evidência arqueológica de técnicas de mudança de cursos de água, de vale a vale, postas em prática na era anterior à conquista (PINSKI et al., 2007, p. 13-14).

Os exemplos a serem citados são inúmeros nesta perspectiva de se valorizar a relação do ser humano com a natureza, num primeiro momento de convívio harmonioso, para depois com o progresso passar à tentativa de domínio do ambiente natural onde a sede de progresso e de evolução, próprias do ser humano, vão mais além, como na 1ª Revolução Industrial (1760-1860), também conhecida como a era do carvão e do ferro, na 2ª Revolução Industrial (1860-1914) conhecida como a era do aço, do petróleo e da eletricidade e ainda, na 3ª Revolução Industrial, principalmente, a partir de 1960, com as novas tecnologias e dinâmicas produtivas que modificam substancialmente a vida do ser humano e sua relação com a natureza.

Porém, com todo esse avanço da humanidade, a natureza, mesmo sendo manipulada ou transformada para se adequar às necessidades humanas, não permaneceu a mesma, agora, já bastante exaurida em sua fertilidade, debilitada pelo extrativismo exacerbado, poluída pelos grandes centros que avançam sobre morros e mananciais, mas, ainda sim, uma natureza, da qual dependemos totalmente para a nossa existência, ou para que nosso planeta ainda tenha condições de ser habitável para os seres humanos.

Em razão desta relação direta temos, também, a consolidação da História Ambiental (Rede Brasileira de História Ambiental – RBHA), a partir de 1970 em âmbito mundial. Para Pádua (apud CARVALHO; LAVERDI, 2014, p. 464),

na verdade, não existe história que não seja ambiental, esse ponto é importante de ser colocado. Existem historiografias que ignoram a dimensão ambiental, mas quando você estuda a vida de qualquer sociedade, num lugar e num momento, essa dimensão ambiental é constitutiva da história. Não é um detalhe, ela é parte constitutiva da história. Com base nisso, as possibilidades de pesquisa são enormes e quando a gente observa os congressos de história ambiental fica evidente que é possível trabalhar muitas interfaces de análise. Você pode trabalhar a história ambiental e a história do mundo do trabalho, por exemplo, das formas de trabalho, porque são sempre corpos trabalhando, relacionados com diferentes tecnologias e fontes de energia. As próprias tecnologias possuem uma materialidade que são também uma dimensão do ambiente onde se vive.

Assim, percebemos a interconexão entre História e Educação Ambiental, uma realidade ainda não muito presente nos livros didáticos, que exige por parte dos Professores, Historiadores ou Pedagogos, uma busca mais detalhada nos conteúdos e a reflexão crítica e emancipadora da História em sua relação direta com a Educação Ambiental, para se constituir uma nova forma de pensar a relação do homem com a natureza.

Helfer (1997, p. 15) ao estudar o pensamento e as obras de Antonio Gramsci, defende que

pode-se pensar um ensino que leve em conta a historicidade do homem na construção do conhecimento, considerando as relações sociais. Relações estas que não são mecânicas: são ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Pode-se concluir, a partir disso, que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica o conjunto de relações do qual faz parte. Considerando isso, chega-se a uma nova concepção de sociedade, de escola que oportuniza uma educação para formar o cidadão crítico, reflexivo, que nada mais é do que o político, o homem ativo, que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações de que faz parte.

A História e seu ensino conectado à Educação Ambiental em sua perspectiva crítica, constituem um momento importante para a busca de novas reflexões acerca da relação homem e natureza, condição emergencial para o futuro próximo da humanidade.

## **CONCLUSÃO**

Voltando a nossa indagação de pesquisa proposta de forma inicial e basilar do presente trabalho, verificamos que ao conhecer a História da Educação Ambiental de forma geral e em nosso país, bem como, sua perspectiva crítica e emancipadora, percebemos a viabilidade e a conectividade presente entre a História e seu ensino e a Educação Ambiental.

Um caminho que recebe o amparo da legislação hoje presente em nossa educação, que determina a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior que podem, seja, pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, seja, como um conteúdo dos componentes já constantes do currículo, e ainda, pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Outro esforço que garante esta conexão ocorre por meio das pesquisas da História Ambiental, onde se reforça a premissa de que a História por sua natureza é ambiental, em razão da conexão do homem com o meio em que vive, onde produz sua existência e faz a sua própria História.

Vemos ainda, que em razão da perspectiva crítica e emancipadora, fundamental tanto para a História, quanto para a Educação Ambiental, temos a condição de, por meio da instituição escolar, buscar uma nova concepção de sociedade, repensando a escola para que cumpra o papel, a nosso ver, sua verdadeira missão, de oportunizar uma educação a fim de formar o cidadão crítico, reflexivo, que nada mais é do que o político, o homem ativo, construindo, assim, uma nova concepção de mundo, onde sua relação com o meio que vive, além de ser histórica passa a ser de coexistência mútua, para a sobrevivência de ambos, em razão da finitude, principalmente, do ser humano.

## **REFERÊNCIAS**

BOTELHO, José Maria Leite. **A educação ambiental na formação do professor para o ensino fundamental em Porto Velho - RO**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=18/06/2012&jornal=1&pagina=71&totalArquivos=320>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Histórico mundial. **Ministério do Meio Ambiente**, Educação Ambiental, Política de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CARVALHO, Alessandra Izabel de; LAVERDI, Robson. A dimensão ambiental do conhecimento histórico: entrevista com José Augusto Pádua. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 457-484, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7250/4341>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

HELPER, Nadir Emma. **Concepções de mundo presentes no ensino de história, de 5ª a 8ª séries, em escolas estaduais da área de abrangência da 6ª delegacia de educação (1961-1990)**. 1997. 156 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1997. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Dissertacoes/NadirHelper.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/410>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silva. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-1992). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 137-153, 1995.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/07.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação n. 04/2013. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?Conteudo=309>>. Acesso em: 10 jul.2014.

PINSKI, Jaime (Org.). **100 textos de história antiga**. 3. ed. São Paulo: Global, 1983.

PINSKI, Jaime et al. **História da América através de textos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007.